

# POVOS TRADICIONAIS BRASILEIROS:



Um olhar para as  
comunidades  
Quilombolas do  
estado da Bahia

Organização:

**FUNARBE**  
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

**UFV**  
Universidade Federal  
de Viçosa

**IPPDS**  
Instituto de Políticas Públicas e  
Desenvolvimento Sustentável

**AKSAAM**

Financiamento:

**FIDA**

Investindo nas populações rurais

Realização:

---

# FUNARBE

---

FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

## UFV

Universidade Federal  
de Viçosa

---



## IPPDS

Instituto de Políticas Públicas e  
Desenvolvimento Sustentável



## AKSAAM

Financiamento



Investindo nas populações rurais

## **Povos tradicionais brasileiros: um olhar para as comunidades Quilombolas do estado da Bahia**

### **Realização:**

Projeto AKSAAM – Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados - IPPDS/UFV

### **Financiamento:**

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

### **Coordenador:**

Marcelo José Braga

### **Autoras:**

Ana Beatriz Pereira Sette

Rosimere Miranda Fortini

Elizângela Aparecida dos Santos

**Coleta de dados:** Elizângela Aparecida dos Santos

**Mapas:** Jayme Muzzi Duarte Júnior

**Layout e Editoração:** Déborah Médice

**Capa e ilustrações:** Déborah Médice

**Revisão Gráfica:** Déborah Médice

**Revisão Linguística:** Marcelo Lima

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa – Campus Viçosa**

S495p  
2022

Sette, Ana Beatriz Pereira, 1993-  
Povos tradicionais brasileiros [recurso eletrônico] : um  
olhar para as comunidades quilombolas do estado da Bahia /  
Ana Beatriz Pereira Sette, Rosimere Miranda Fortini,  
Elizângela Aparecida dos Santos ; coordenador Marcelo José  
Braga -- Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2022.  
1 livro eletrônico (76 p.) : il. color.

Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/pt-BR/publicacoes>  
Bibliografia: p. 75-76.  
ISBN 978-85-66148-27-5

1. Quilombolas - Bahia. 2. Projeto de desenvolvimento  
agrícola – Bahia. 3. CadÚnico (Sistema de recuperação da  
informação). 4. Agricultura - Assistência técnica – Bahia.  
5. Política pública. I. Fortini, Rosimere Miranda, 1993-. II.  
Santos, Elizângela Aparecida dos, 1993-. III. Braga, Marcelo  
José. 1969-. IV. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de  
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. Projeto  
Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o  
Acesso a Mercados. V. Título.

CDD 22. ed. 305.896098142

Bibliotecária responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB6 2523

# Abreviações e Siglas

**ATC** - Assistência Técnica Contínua

**ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural

**CadÚnico** - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

**CAR** - Cadastro Ambiental Rural

**CEFIR** - Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

**CEFIR-PCT** - Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais para Povos e Comunidades Tradicionais

**CONAQ** - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

**FCP** - Fundação Cultural Palmares

**FIDA** - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

**GPTE** - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IN** - Instruções Normativas

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PSA** - Projeto Viva o Semiárido

**RTID** - Relatório Técnico de Identificação e Demarcação de Terras Quilombolas

**SDR** - Secretária de Desenvolvimento Rural

**SICAR** - Sistema de Cadastro Ambiental Rural

**SM** - Salário Mínimo

# Quilombolas

Ô, moringa destampou,  
Fogareiro que chiou,  
Pau no pilão que retumbou.  
Foi o galo que cocorocô  
D'Angola que cacarejô,  
Candeia que apagou,  
Monjolo que rodamunhô,  
Foi o dia que raiou!  
Ô, Quilombo despertou,  
Carapinha que pulou,  
Foi batedor que começou.  
Foi o milho que descarçoçou,  
Mucama que caçarolou  
O arado que arou,  
O gado que nêgo ordenhou,  
Foi preto que forriô!  
Pega a faca  
Decepa a cana,  
Revira a moenda,  
Garapa já rolou.  
Pega a foice,  
Tora a banana,  
Derruba a pindoba  
Que o teto já furou.  
Que dá tempo,  
Dá, pro batuque,  
Porque Quilombola  
Já não tem mais sinhô!



Composição: Paulo César  
Pinheiro/ Sérgio Santos.



# SUMÁRIO

## **Apresentação**

### **1. Introdução**

### **2. O que são as comunidades Quilombolas?**

#### **2.1** Definição

#### **2.2** Reconhecimento do território Quilombola

#### **2.3** Identificação e distribuição das comunidades Quilombolas no Brasil

### **3. A relação entre o conhecimento dos povos de comunidades Quilombolas e a preservação ambiental**

#### **3.1** Cadastro Ambiental Rural (CAR)

### **4. A importância da terra para as comunidades Quilombolas**

#### **4.1** Conflito de terras

### **5. As comunidades Quilombolas no estado da Bahia**

### **6. O CadÚnico e as famílias Quilombolas do estado da Bahia**

#### **6.1** O CadÚnico no Brasil: origem, objetivo e aplicação

#### **6.2** As famílias Quilombolas do estado da Bahia cadastradas no CadÚnico: quantitativo e características socioeconômicas

### **7. O apoio do FIDA às comunidades Quilombolas do estado da Bahia**

#### **7.1** Projeto Viva o Semiárido (PSA) no estado da Bahia

#### **7.2** Exemplo de uma das iniciativas do PSA em comunidades Quilombolas

#### **7.3** Depoimentos de beneficiários dos programas do PSA na Bahia

#### **7.4** Acesso às políticas públicas

#### **7.5** Assistência Técnica Contínua (ATC)

### **8. Considerações Finais**

### **Referências**

## Apresentação

O projeto AKSAAM (Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso aos Mercados) iniciou-se em outubro de 2019 e é resultante do acordo de doação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), sendo executado no Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O AKSAAM tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável no meio rural, com foco na redução da pobreza rural e na promoção de segurança alimentar e nutricional, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A gestão do conhecimento desempenha importante papel no projeto. Há um significativo esforço na sistematização, análise, adaptação e comparação de experiências de erradicação de pobreza e de desenvolvimento local. Especial ênfase é atribuída a inclusão produtiva de mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Estes últimos tem um importante papel na preservação ambiental, da agrobiodiversidade e da cultura do país.

O Brasil apresenta uma multiplicidade de PCTs. Atualmente, são 28 grupos de indivíduos que se autodeclararam culturalmente diferenciados e apresentam procedimentos específicos de reprodução econômica, cultural, social, religiosa e ancestral econômica, conforme o decreto presidencial que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos PCTs (PNPCT). Dentre estes, citam-se as comunidades de quilombolas, indígenas, catingueiros, extrativistas, fundos e fecho de pasto, povos de terreiro e quebradeira de coco de

babaçu. Segundo os dados do IBGE (2019), em 2019, existiam cerca de 5.972 comunidades quilombolas, distribuídas entre 1.672 municípios brasileiros. A região Nordeste concentrava 53% do total das localidades, seguida pelas regiões Sudeste (23%) e Norte (15%).

Apesar de um arcabouço legal; envolvendo a Constituição Federal, as convenções internacionais e os dispositivos jurídicos da PNPECT; que regulamenta os direitos dos PCTs, estes grupos continuam invisibilizados em nossa sociedade e encontram-se em vulnerabilidade sócio-econômica. Nesse sentido, o AKSAAM está lançando uma coleção de cartilhas com o objetivo de trazer um conjunto de informações sobre os povos e comunidades tradicionais, afim de trazer maior visibilidade sobre sua importância para a sociedade e apresentar os principais gargalos que os afetam. Além disso, pretende-se caracterizar as ações dos projetos FIDA junto a essas comunidades.

As primeiras cartilhas tratam da apresentação das comunidades quilombolas da Bahia e Piauí e das comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia. Acreditamos que os documentos possam contribuir para mostrar que há uma grande oportunidade para o Brasil transformar-se em referência no campo da sóciobiodiversidade.

**Desejamos boa leitura do material!**



# 1. Introdução

As comunidades tradicionais correspondem ao grupo de indivíduos culturalmente diferenciados que se autodeclaram como tais. Esses grupos possuem organizações sociais próprias, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas (Decreto Federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2000).

Entre as diversas comunidades tradicionais existentes no Brasil, há as comunidades Quilombolas, que são formadas atualmente por descendentes de escravizados de origem africana que vieram para o Brasil no Período Colonial (1530-1815). Assim, entre os séculos XVI e XIX, na época do Brasil Colônia e Império, a expressão “comunidade Quilombola” foi utilizada para identificar as unidades de apoio organizadas por povos africanos contrários ao sistema escravocrata.

Nesse sentido, a formação de comunidades Quilombolas representou, por um período, um movimento de transição da situação de escravo para produtor livre. Contudo, os povos dos Quilombos continuaram existindo mesmo após o fim da escravidão, mas, somente nas últimas décadas, passaram a ser vistos, de fato, como sujeitos de direitos, reconhecidos na Constituição de 1988<sup>1</sup>, em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil e em outras políticas públicas voltadas para essa população.

---

<sup>1</sup> Por meio do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro 2003 e do Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro 2007.

Um estudo realizado pela Base de Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE sobre os Indígenas e os Quilombolas estimou que, em 2019, existiam 5.972 localidades Quilombolas, distribuídas em 24 estados do Brasil. Em relação às regiões brasileiras, o Nordeste é onde se concentra o maior número de localidades Quilombolas: 3.171 comunidades. Na região Nordeste, o estado da Bahia destaca-se, segundo a Fundação Cultural Palmares (2021), com 872 comunidades Quilombolas certificadas.

As comunidades Quilombolas estão entre os grupos vulneráveis que são foco de atuação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), principalmente na região Nordeste do Brasil. Especificamente no estado da Bahia, por meio do Projeto Pró- Semiárido<sup>2</sup> (PSA), as comunidades Quilombolas foram beneficiadas com ações que auxiliaram no incremento das atividades produtivas predominantes e no fortalecimento organizacional. Na Bahia, até o início de 2020, o PSA beneficiou 52 comunidades Quilombolas, englobando um total de 1.574 famílias.

Diante desse contexto, o objetivo desta cartilha é analisar as comunidades Quilombolas do estado da Bahia e caracterizá-las, visando difundir esse modo de vida e proporcionar maior visibilidade nacional e internacional a essas comunidades. Além disso, há o intuito de divulgar as ações do FIDA, por meio do PSA, no âmbito de algumas comunidades Quilombolas da Bahia.

---

<sup>2</sup> Acordo de empréstimo com o estado da Bahia, via FIDA.

Esta cartilha está dividida em mais sete seções, além desta parte introdutória. Na seção 2, são apresentadas a definição de comunidades Quilombolas e uma breve contextualização histórica, para explicar a formação dessas comunidades Quilombolas. Na seção 3, apresenta-se a relação entre o conhecimento dos povos de comunidades Quilombolas e a preservação ambiental. Já na seção 4, discute-se a importância da terra para as comunidades Quilombolas. Em seguida, na seção 5, disserta-se sobre as comunidades Quilombolas que estão localizadas no estado da Bahia. Na seção 6, é apresentada a caracterização das famílias Quilombolas do estado da Bahia que estão cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), do Governo brasileiro. Na seção 7, são relatadas as ações do FIDA em apoio às comunidades Quilombolas da Bahia e, por fim, na seção 8, são apresentadas as considerações finais.





## 2. O que são as comunidades Quilombolas?

### 2.1 Definição

A princípio, os Quilombos foram definidos como locais físicos que abrigavam pessoas negras fugidas. Os Quilombos foram identificados como a materialização da resistência negra à escravidão, à discriminação racial e ao preconceito (SILVA, 2012). Assim, predominou-se o significado do termo Quilombo como um espaço físico composto por povos guerreiros, que buscavam a proteção e a sobrevivência.

No entanto, a noção de Quilombo passou a ser identificada, posteriormente, com a ideia de pertencimento e de identidade dos povos tradicionais, atribuindo, além dos aspectos físicos, elementos simbólicos e subjetivos. Nesse sentido, as comunidades Quilombolas formadas nesses espaços físicos passaram a ser definidas da seguinte forma:

“As comunidades Quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Elas simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação. Essas comunidades mantêm forte ligação com sua história e trajetória, preservando costumes e cultura trazidos por seus antepassados” (BRASIL, 2015).

As áreas dos Quilombos podem estar localizadas na parte rural ou urbana, formadas por indivíduos que se

autodeclarem pertencentes às comunidades Quilombolas devido à sua ancestralidade, ao relacionamento entre o grupo e à identidade coletiva preservada. Essas comunidades são constituídas por forte laço de parentesco, herança familiar ou não, entre os indivíduos.



## 2.2 Reconhecimento do território Quilombola

O reconhecimento e a regularização dos direitos territoriais das comunidades Quilombolas dependem da legitimação do Estado para garantir suas bases territoriais (MOREIRA *et al.*, 2015). A partir de 1988, as comunidades negras rurais adquiriram uma nova perspectiva para a regularização fundiária<sup>3</sup> das áreas em que vivem, sendo consideradas como “comunidades Quilombolas” com direito a

<sup>3</sup> Com a inserção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na Constituição Federal.

seus territórios. A partir de então, o reconhecimento dessas comunidades passa por um autorreconhecimento de sua identidade quilombola para, depois, serem reconhecidas legalmente e terem a posse de seus territórios (SANTOS, 2008; MOREIRA *et al.*, 2015). A Fundação Cultural Palmares é responsável pela emissão do certificado de reconhecimento das comunidades Quilombolas, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) responsabiliza-se pela regularização fundiária do território<sup>4</sup> (identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras) na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos com relação às terras estaduais e municipais (SANTOS, 2008).



4 Tendo como base legal o Decreto Presidencial nº 4887/2003 e as Instruções Normativas (IN) Inbra nº 16/2004, atualmente regido pela IN Inbra nº 57/2009, instrumentos infraconstitucionais regulamentadores do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. O cumprimento da IN Inbra nº 57/2009 requer a elaboração de um Relatório Técnico de Identificação e Demarcação de Terras Quilombolas (RTID), que orienta os procedimentos de identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras.

# Como é feita a Titulação de Território Quilombola?

## Autodefinição quilombola

Para regularizar o seu território, a comunidade Quilombola deve apresentar ao Incra a Certidão de Autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares.

## Elaboração do RTID

Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que consiste no levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID tem como finalidade identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de Quilombos.

## Publicação do RTID

Os interessados terão o prazo de 90 dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do Incra, apresentando provas pertinentes. Após o julgamento das contestações, caberá recurso único ao Conselho Diretor do Incra Sede, no prazo de 30 dias a contar da notificação.

## Portaria de reconhecimento

A fase de identificação do território é encerrada com a publicação da portaria do Presidente do Incra, que reconhece os limites do território quilombola no Diário Oficial da União e dos estados.

## Decreto de Desapropriação

Havendo imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território, é necessária a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social.

## Titulação

O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso a comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. Assim, é proibida a venda e penhora do território.

Fonte: INCRA (2020)

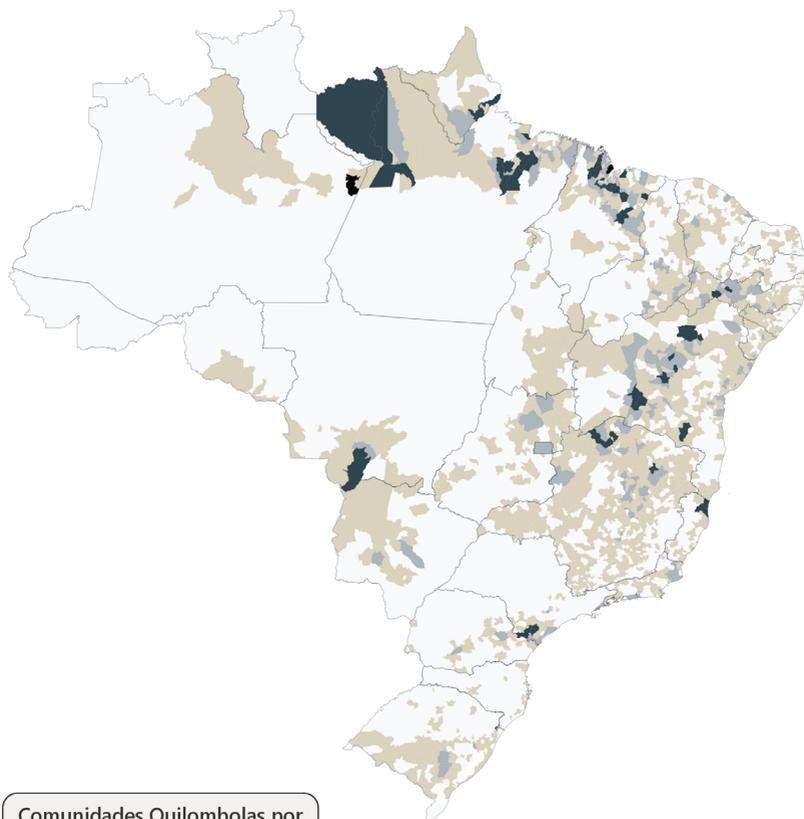
## 2.3. Identificação e distribuição das comunidades Quilombolas no Brasil

No Brasil, as comunidades Quilombolas são múltiplas e distribuem-se ao longo do extenso território nacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que, em 2019, existiam cerca de 5.972 localidades Quilombolas, distribuídas entre 1.672 municípios brasileiros.

A região Nordeste apresenta o maior número de localidades Quilombolas: 3.171. Em relação às demais regiões brasileiras, constata-se que no Sudeste existe cerca de 1.359; na região Norte, 873 comunidades; e nas regiões Sul e Centro-Oeste, cerca de 319 e 250 comunidades Quilombolas, respectivamente (IBGE, 2019).



## Distribuição das Comunidades Quilombolas por Município Brasileiro



### Comunidades Quilombolas por Municípios Brasileiros

- Nenhuma Comunidade
- 1 a 6 Comunidades
- 6 a 16 Comunidades
- 16 a 45 Comunidades
- 45 a 167 Comunidades

Fonte: IBGE (2020)

### 3. A relação entre o conhecimento dos povos de comunidades Quilombolas e a preservação ambiental

Os Quilombos, assim como as aldeias indígenas, são historicamente essenciais para a garantia da preservação ambiental e do controle do efeito estufa, pois apresentam, por costume, uma relação saudável e sustentável com o meio ambiente. Os territórios quilombolas são os locais com maior conservação da natureza, por se constituírem como agrupamentos de pessoas cujo fundamento de interação com o meio ambiente não está voltado para fins econômicos (CONAQ, 2022).

Detentoras de saberes tradicionais próprios, as comunidades Quilombolas possuem como base a subsistência, por meio de plantio e colheita em seus territórios. Assim, o conhecimento passado de geração em geração faz com que as comunidades Quilombolas reconheçam a importância da preservação ambiental. Além da conservação ambiental presente nas áreas dos Quilombos, há também a geração de biodiversidade. Portanto, o modo de vida da população Quilombola é baseado no uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis, com zelo pelas nascentes de rios e pelas matas inseridas nos territórios (CONAQ, 2022).

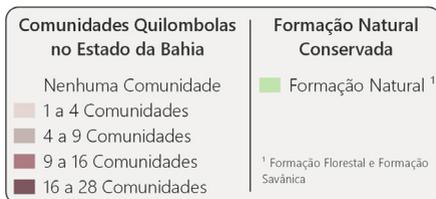
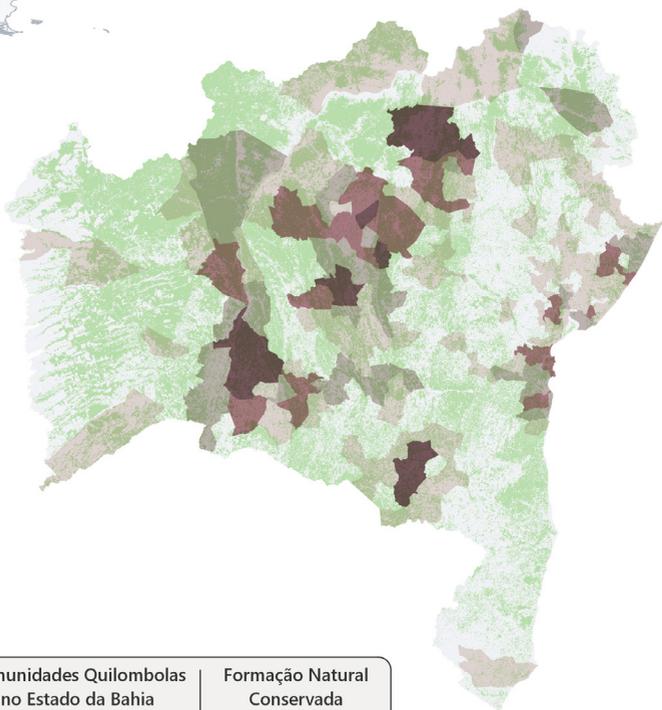


“As comunidades remanescentes de Quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar” (PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL).

## Distribuição das comunidades Quilombolas na área de formação natural conservada do estado da Bahia



As comunidades Quilombolas são de grande importância para a geração da biodiversidade e para a conservação natural dos ecossistemas.

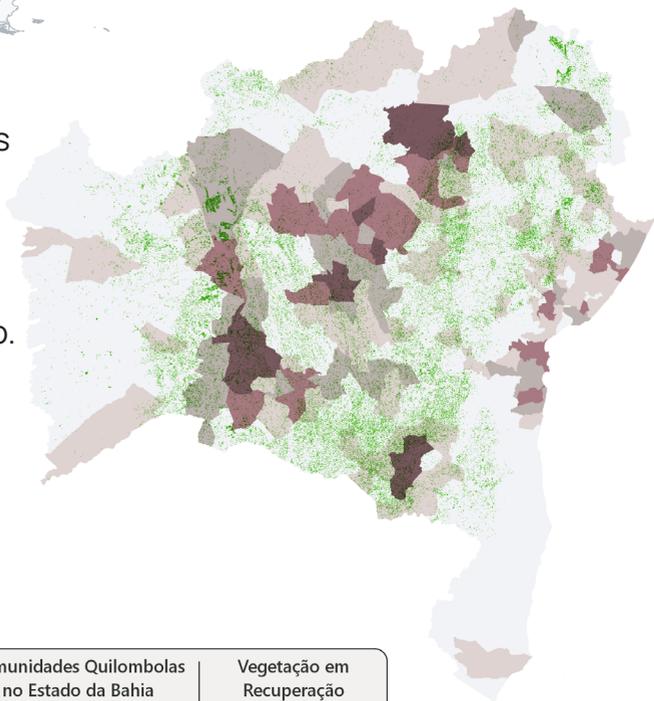


Fonte: IBGE (2020); MAPBIOMAS (2020)

## Distribuição das comunidades Quilombolas na área de vegetação em recuperação do estado da Bahia



Nas áreas pertencentes às comunidades Quilombolas, há maior predominância de vegetação em recuperação.



### Comunidades Quilombolas no Estado da Bahia

- Nenhuma Comunidade
- 1 a 4 Comunidades
- 4 a 9 Comunidades
- 9 a 16 Comunidades
- 16 a 28 Comunidades

### Vegetação em Recuperação

- Vegetação em Recuperação <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Considerando uma série histórica de 1988 a 2018

Fonte: IBGE (2020); MAPBIOMAS (2019)

### 3.1. Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O Cadastro Ambiental Rural<sup>5</sup> (CAR) é um instrumento fundamental de registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, que visa auxiliar a administração pública no processo de regularização ambiental. Esse registro eletrônico possui informações referentes a localização de áreas de preservação permanente, de reservas legais, de áreas remanescentes de vegetação nativa, de áreas de uso restrito e de áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Por meio do CAR, é possível controlar, monitorar e combater o desmatamento das florestas brasileiras e demais vegetações nativas do país. O CAR visa garantir que não falte recursos naturais para os produtores, além de permitir o acesso a diversos programas rurais.

O Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) integra o CAR de todas as unidades federativas do Brasil. Atualmente, existem mais de 7 milhões de inscritos, o que corresponde a quase 540 hectares de imóveis rurais cadastrados (ANALISACAR, 2021). No entanto, para os povos Quilombolas, o acesso ao CAR ainda é limitado devido a falta de recursos, a ausência de terras com titulação e a incompatibilidade no registro.

Para os Quilombolas, inicialmente, a orientação era de que o cadastro dos imóveis fosse limitado à área ocupada pelas famílias e não à área total do território do uso tradicional, restringindo o direito pelo território. Ademais, para os Quilombolas e demais povos tradicionais, é necessário que o CAR seja de forma coletivo e não individual (CONAQ, 2021).

---

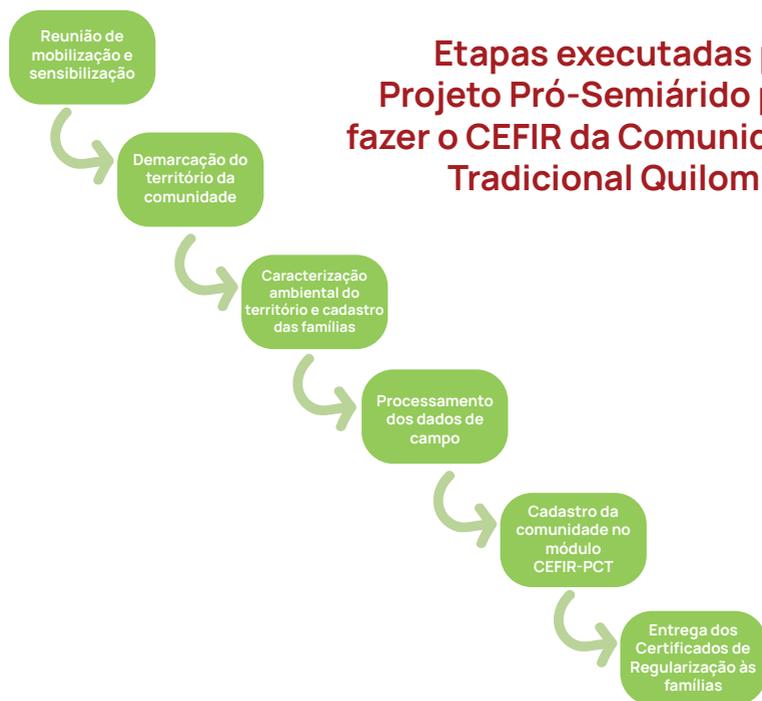
5 Criado por meio da Lei Federal nº 12.64/12 e do Decreto nº 7.830/12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

No estado da Bahia, o CAR foi instituído como Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais para Povos e Comunidades Tradicionais<sup>6</sup> (CEFIR-PCT).

## O que é o CEFIR das Comunidades Tradicionais Quilombolas?

É um cadastro que reúne todas as informações ambientais do território tradicionalmente ocupado e pertencente à comunidade Quilombola. É como um retrato do território, que mostra onde é a área de uso da comunidade (roças, plantações, casas etc.) e onde tem mata.

### Etapas executadas pelo Projeto Pró-Semiárido para fazer o CEFIR da Comunidade Tradicional Quilombola



Fonte: CAR (2021)

**6** Na Bahia, o CEFIR tem sido implementado desde 2012, conforme previsão da Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006.

## Para que serve o CEFIR das comunidades Quilombolas?

- Identificar se o território está de acordo com as regras do novo Código Florestal;
- Ajudar no planejamento do uso da área coletiva e das áreas individuais do território da comunidade Quilombola;
- Regularizar os documentos do CEFIR, das famílias que vivem na comunidade;
- Proteger a área coletiva, evitando que pessoas que não são da comunidade registrem as terras dentro da área;
- Combater o desmatamento, recuperar ou preservar as áreas de mata, as margem de nascentes e os córregos, que são importantes para a sustentabilidade do território e a sobrevivência das famílias.

## Como é feita a demarcação do território Quilombola?

A demarcação do território é realizada com ajuda dos(as) agricultores(as) que conhecem os limites do território tradicionalmente ocupado pela comunidade Quilombola.

Fonte: CAR (2021)

## 4. A importância da terra para as comunidades Quilombolas

Entre as diversas reivindicações das comunidades Quilombolas, a luta relacionada ao direito às terras é uma das principais pautas. Para os Quilombolas, a terra representa muito mais do que uma questão material. A terra é tida como um elemento simbólico, responsável pela relação social e pela própria identificação de pertencimento ao grupo (LEITE, 2000).

As famílias não existem sem a terra, e a terra não existe sem as famílias. Assim, há uma interdependência entre esses elementos. A separação entre famílias e terras representaria a perda das conquistas históricas dos antepassados e, portanto, a perda da identidade dos Quilombolas (SANTOS; FERREIRA, 2019).

Para os Quilombolas, obter a titulação da terra significa que a liberdade foi conquistada. O espaço territorial presente nos Quilombos representa um local de trajetória dos seus antepassados, um laço de pertencimento e um simbolismo de luta e de cultura (SANTOS; FERREIRA, 2019).



A liberdade negada aos seus antepassados está presente nos territórios Quilombolas. A terra é símbolo de vida. Reconhecer o direito à terra às comunidades Quilombolas significa respeitar suas histórias.

## **4.1. Conflitos de Terras**

Conflitos de terras envolvendo as comunidades Quilombolas são muito comuns devido a não regularização de suas terras diante da especulação imobiliária e da ampliação das áreas destinadas ao agronegócio. Geralmente, esses conflitos são acompanhados de violência (física e mental), ocorrendo episódios de incêndios criminosos, que acabam destruindo as habitações e os locais de produção e de subsistência dessas comunidades. Na ocorrência de conflito de terras que envolve o território Quilombola, as comunidades pressionadas desestruturam-se das suas formas iniciais de organização espacial para se protegerem das ameaças e agressões. Dessa forma, podem se dispersar, ou se concentrar, dependendo da situação imposta (MOREIRA *et al.*, 2015).

## 5. As comunidades Quilombolas no estado da Bahia

No Brasil, o próximo Censo Demográfico investigará, pela primeira vez, o pertencimento étnico-racial da população Quilombola domiciliada em áreas pré-cadastradas pelo IBGE, o que permitirá a produção de estatísticas oficiais sobre a população Quilombola.

Para identificar essas áreas pré-cadastradas, o IBGE realizou o mapeamento das localidades indígenas e Quilombolas a partir de quatro pressupostos fundamentais:

- adoção dos limites dos territórios oficialmente delimitados pelos órgãos responsáveis;
- identificação de agrupamentos de domicílios ocupados por indígenas e Quilombolas, considerando-se o princípio da autoidentificação;
- identificação de outras localidades que não atendam aos critérios anteriores, mas que sejam ocupados por indígenas ou Quilombolas; e
- consulta aos representantes dos indígenas e dos Quilombolas em todas as etapas do processo.

Nesse sentido, segundo informações da Base Territorial Censitária do IBGE, após o mapeamento, identificou-se que a Bahia é o estado com o maior número de localidades Quilombolas no Brasil. Em 2019, foram mapeadas 1.046 áreas Quilombolas na Bahia, ou seja, 17,5% das 5.972 contabilizadas em todo o país.

No entanto, ainda segundo as informações da Base Territorial Censitária do IBGE, 96% das localidades Quilombolas baianas não eram oficialmente delimitadas em oposição a apenas 4% que estavam regularizadas pelo

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou pela Secretária de Desenvolvimento Rural (SDR). Essa situação de “informalidade” das localidades Quilombolas ocorre em todo o Brasil, tendo em vista que somente 7% (404) das localidades Quilombolas estavam oficialmente delimitadas em março de 2019; 39% (2.308) eram agrupamentos; e 55% (3.260) eram outros tipos de localidades.

Entre as 1.006 localidades Quilombolas baianas que não eram oficialmente delimitadas na Bahia:

- 406 localidades (ou 39% do total) eram agrupamentos Quilombolas que englobam grupos de 15 ou mais Quilombolas em uma ou mais moradias espacialmente próximas, que estabelecem vínculos familiares ou comunitários, podendo ser ou não certificados pela Fundação Palmares; e
- 600 localidades (ou 57% do total) mostravam uma configuração mais dispersa (mais de 50 metros entre os domicílios), podendo estar no entorno de áreas Quilombolas delimitadas ou em agrupamentos ou em locais onde é provável a existência de indivíduos Quilombolas, segundo bancos de dados e registros administrativos de outros órgãos e organizações da sociedade civil.

# Entenda a diferença:

## **Territórios Quilombolas oficialmente delimitados**

são as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos e utilizadas para reprodução cultura, física, social e econômica.

## **Agrupamento Quilombola** é o

conjunto de 15 ou mais indivíduos Quilombolas em uma ou mais moradias contíguas espacialmente que estabeleçam vínculos familiares ou comunitários, podendo ser ou não certificados.

## **Localidades**

### **Quilombolas** apresentam

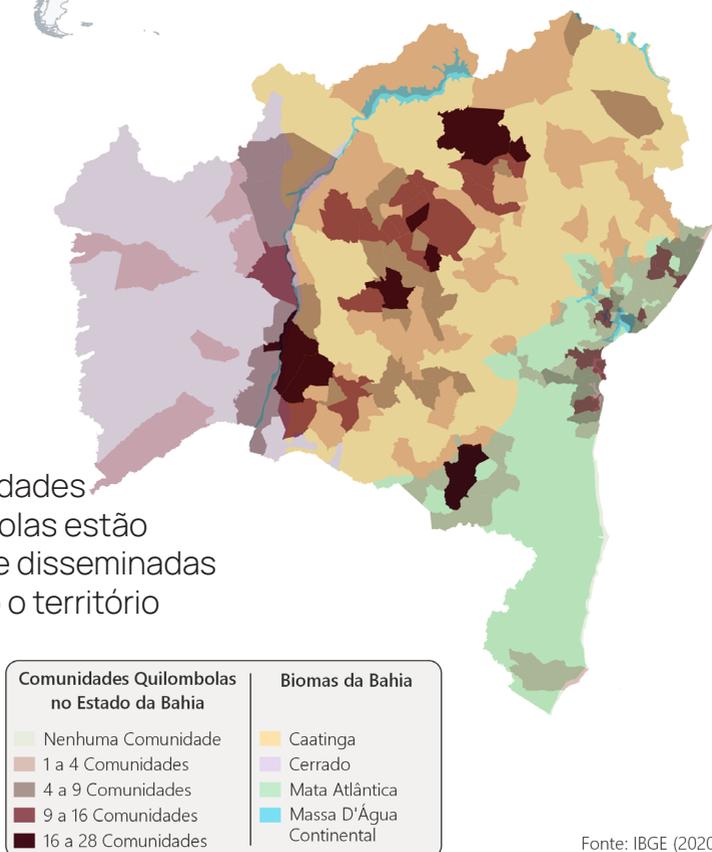
uma configuração mais dispersa (mais de 50 metros entre os domicílios), podendo estar no entorno de áreas Quilombolas delimitadas ou de agrupamentos ou de locais onde é provável a existência de indivíduos Quilombolas, segundo bancos de dados e registros administrativos de outros órgãos e organizações da sociedade civil.

## Distribuição das comunidades Quilombolas no estado da Bahia dividido por biomas



As áreas pertencentes às comunidades Quilombolas na Bahia estão inseridas, principalmente, nos Biomas da Caatinga e da Mata Atlântica.

As localidades Quilombolas estão bastante disseminadas por todo o território baiano.



Fonte: IBGE (2020)

## 6. O CadÚnico e as famílias Quilombolas do estado da Bahia

### 6.1. O CadÚnico no Brasil: origem, objetivo e aplicação

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal<sup>7</sup> (CadÚnico) foi criado em 2001, por meio do Decreto nº 3.887. Essa é uma iniciativa do Governo Federal brasileiro para identificar e caracterizar socioeconomicamente as famílias brasileiras em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Para o cadastro, são obtidas informações sobre todo o núcleo familiar, características do domicílio, formas de acesso a serviços públicos essenciais e dados de cada um dos membros das famílias cadastradas.

Em 2007, por meio do Decreto nº 6.135 de 26 de junho, ficou determinado que a execução e a manutenção do CadÚnico passaria a ser responsabilidade compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal, além do Distrito Federal. Na esfera federal, o Ministério da Cidadania é o órgão responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. A função dos estados é ofertar apoio técnico aos municípios na gestão do CadÚnico. Já o papel da gestão municipal, incluindo o Distrito Federal, é identificar as famílias de baixa renda, realizar o cadastramento, registrar os dados na base nacional do CadÚnico, atualizar as informações e analisar as inconsistências.

---

<sup>7</sup> Todas as informações desta página foram retiradas do site: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 25 abr. 2022.

## Público-alvo do CadÚnico e período de coleta dos dados



No CadÚnico, o público-alvo engloba quem:

- ganha até meio salário mínimo por pessoa; ou
- ganha até três salários mínimos de renda mensal total; ou
- possui renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

As famílias que possuem renda superior a três salários mínimos podem ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios. Pessoas que moram sozinhas e aquelas que vivem em situação de rua também podem realizar o cadastro. Logo, o público-alvo do CadÚnico são as famílias de baixa renda, e sua abrangência geográfica são todos os municípios brasileiros.

Em relação à coleta de dados pelo CadÚnico, não há uma época específica para isso, pois esse procedimento deve ser realizado diariamente pela gestão municipal, tanto no que se refere à inclusão das famílias quanto à atualização de suas informações. Já a divulgação do perfil das famílias beneficiárias do CadÚnico é realizada anualmente.

## A diversidade social brasileira por meio do CadÚnico

O CadÚnico<sup>8</sup> proporciona a identificação de parte da diversidade social brasileira. Esse processo é conhecido como Cadastramento Diferenciado, definido no artigo 24, da Portaria MDS nº 177, de 16 de junho de 2011. Por meio desse cadastramento, é possível dar uma atenção especial às famílias de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), uma vez que vivem em locais distantes do núcleo municipal e possuem pouco acesso a políticas públicas. Nesse caso, são as próprias famílias que se autodeclaram pertencentes a um ou mais GPTE.

A correta identificação e a classificação dessas famílias é importante, visto que possibilita o conhecimento das reais necessidades dos grupos e permite o desenvolvimento de políticas e programas sociais mais efetivos. No CadÚnico, são identificados 15 GPTE, que foram agregados em quatro categorias:

### Origem étnica

- Famílias indígenas
- Famílias Quilombolas
- Famílias ciganas
- Famílias pertencentes a comunidades de terreiro

### Relacionados ao meio ambiente

- Famílias extrativistas
- Famílias de pescadores artesanais
- Famílias ribeirinhas

### Relacionados ao meio rural

- Famílias assentadas da Reforma Agrária
- Famílias acampadas
- Famílias de agricultores familiares
- Famílias beneficiárias do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF)

### Em situações conjunturais

- Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura
- Famílias de presos do sistema carcerário
- Famílias de catadores de material reciclável
- Famílias de pessoas em situação de rua

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/servicos/cadastro-unico/gestao-do-cadastro-unico-1/processo-de-cadastramento/cadastramento-diferenciado>. Acesso em: 24 abr. 2022.

## 6.2 As famílias Quilombolas do estado da Bahia cadastradas no CadÚnico: quantitativo e características socioeconômicas

No CadÚnico, as famílias Quilombolas estão entre os 15 GPTE, especificamente, na categoria “origem étnica”. Para a realização do Cadastro Único, são consideradas famílias Quilombolas aquelas que assim se autodeclararem, e isso independe da cor ou da raça. Ademais, não é necessário que o território em que a família reside tenha sido titulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas é preciso que seja certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Logo, a listagem do Ministério da Cidadania obedece aos critérios de autodeclaração e de certificação pela FCP.

Nesse contexto, o responsável familiar inscrito no CadÚnico deve informar o nome da comunidade Quilombola da qual a família faz parte. Caso o nome da comunidade Quilombola não esteja na lista do Ministério da Cidadania, o gestor municipal deve solicitar a inclusão ao Ministério.



# 32.554.336

famílias brasileiras foram cadastradas em 2021, segundo dados do CadÚnico.

# 228.047

autodeclararam-se Quilombolas e foram cadastradas no CadÚnico, na categoria “família Quilombola”, representando 0,7% do total de famílias cadastradas.

Referência: dezembro de 2021.



# 72%

das famílias Quilombolas do Brasil cadastradas no CadÚnico estão localizadas na região Nordeste do Brasil.



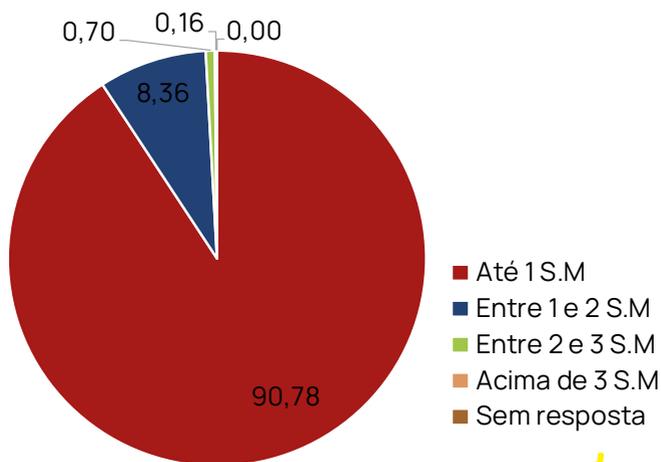
Entre os estados que compõem a região Nordeste, a Bahia possui

## 59.037

famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, o que corresponde a 36% do total de famílias Quilombolas cadastradas da região Nordeste. Essas famílias Quilombolas englobam cerca de 159.269 pessoas, de acordo com dados de dezembro de 2021.

Entre as 59.037 famílias Quilombolas do estado da Bahia cadastradas no CadÚnico, 53.591 recebem até 1 salário mínimo (S.M) mensal; e apenas 95 famílias Quilombolas recebem mais de 3 salários mínimos.

### Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por intervalo de salários mínimos recebidos

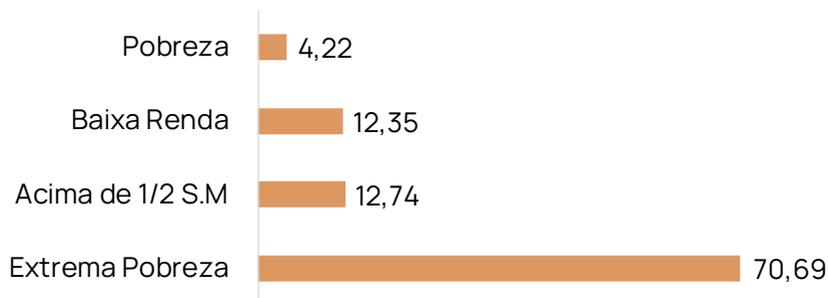


Fonte: CadÚnico (2021).



Referência: dezembro de 2021.

## Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por faixa de renda familiar per capita



**Legenda:** Extrema pobreza: famílias cuja renda por pessoa é de até R\$ 89,00; Pobreza: famílias cuja renda por pessoa está entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00; Baixa renda: famílias cuja renda por pessoa está entre R\$ 178,00 e meio salário-mínimo; Acima de 1/2 salário mínimo: famílias cuja renda por pessoa é maior que meio salário mínimo.

Nota: O salário mínimo vigente em 2021 era de R\$ 1.212,00.

Fonte: CadÚnico (2021).

A maioria das famílias Quilombolas do estado da Bahia cadastradas no CadÚnico estão em situação de extrema pobreza, e 4,2% estão em situação de pobreza.

Um das limitações da base de dados do CadÚnico é a autodeclaração e o fato de não englobar totalmente as pessoas em situação de pobreza no Brasil. Há a possibilidade de algumas famílias que estão em situação de baixa renda ainda não estarem cadastradas por não terem conseguido acessar os centros de cadastramento, por não possuírem documentação ou ainda por deixarem alguns campos do cadastro sem preencher.

Referência: dezembro de 2021.

Entretanto, mesmo com essas limitações, o CadÚnico é considerado confiável, uma vez que é o principal instrumento para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas e benefícios sociais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Além disso, ressalta-se que o cadastramento no CadÚnico não significa a inclusão automática da família nos programas sociais, pois a seleção para esses programas ocorre em conformidade com critérios e procedimentos de cada um deles.

Assim, em dezembro de 2021, constatou-se que

**73%**

das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico na Bahia foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.



Referência: dezembro de 2021.

# 79%

dos domicílios das famílias Quilombolas do estado da Bahia estão localizados na área rural, e 13% na área urbana.



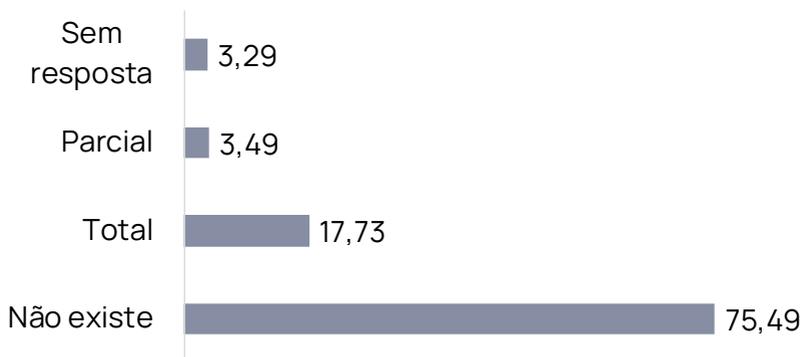
# 57.097

domicílios são considerados particulares permanentes das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico na Bahia. O restante classifica-se como particular improvisado (1.765 domicílios) e coletivo (173 domicílios).



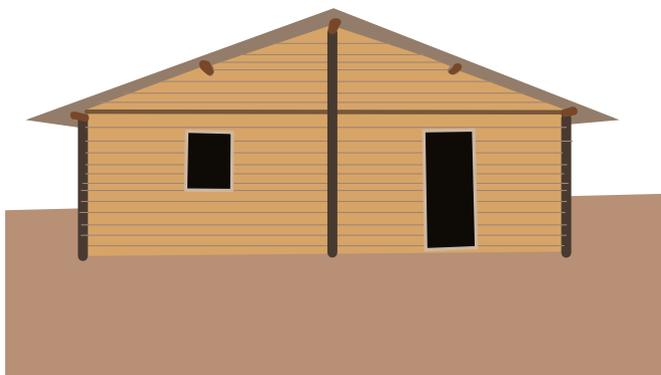
Referência: dezembro de 2021.

## Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por existência de calçamento na localidade do domicílio

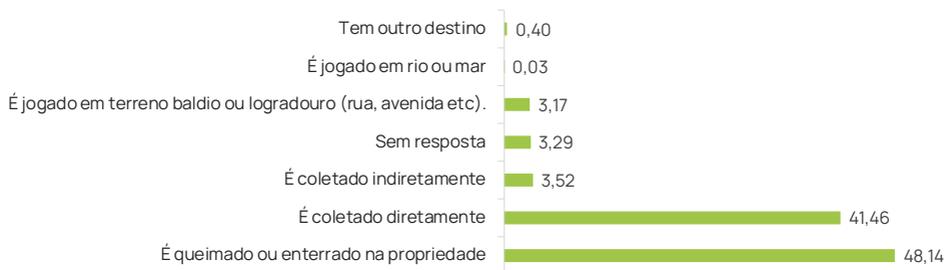


Fonte: CadÚnico (2021)

A falta de calçamento é realidade para a maioria das famílias Quilombolas do estado da Bahia.



## Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por formas de coleta de lixo dos domicílios



Fonte: CadÚnico (2021)

Na Bahia, 48% das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico queimam/enterram o lixo nas suas respectivas propriedades. Por outro lado, há também um percentual expressivo (42%) de famílias Quilombolas cadastradas que têm a coleta do lixo realizada diretamente.



# 16%

dos domicílios das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, NÃO possuem banheiros.



## Número de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por formas de escoamento sanitário dos domicílios



Fonte: CadÚnico (2021)

Entre aqueles que responderam sobre a forma de escoamento sanitário, a maior parte citou fossa rudimentar e séptica.

Referência: dezembro de 2021.

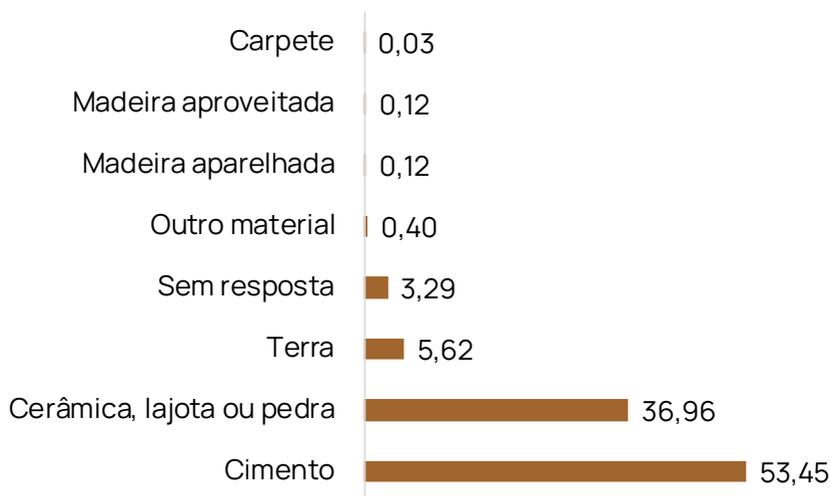
## Número de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por tipo de material de revestimento das paredes dos domicílios



Fonte: CadÚnico (2021)

Do total de domicílios Quilombolas, 40.992 apresentam material de alvenaria/tijolo, com revestimento nas paredes externas das casas, representando 69,4% dos domicílios das famílias.

## Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por tipo de material de piso dos domicílios

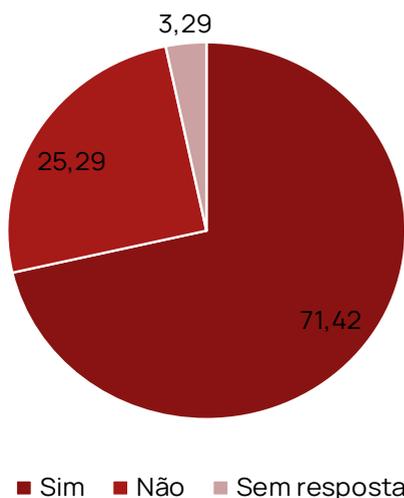


Fonte: CadÚnico (2021)

Em relação aos tipos de piso dos domicílios, observa-se que 53% são de cimento. Há também um percentual expressivo com cerâmica, lajota ou pedra (37%).

Referência: dezembro de 2021.

## Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por presença de água canalizada no domicílio



Fonte: CadÚnico (2021)

Observa-se que um quarto dos domicílios das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, ainda NÃO possuem água canalizada.



## Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por formas de abastecimento de água no domicílio



Fonte: CadÚnico (2021)

Entre as formas de abastecimento de água no domicílio, a rede geral de distribuição e os poços ou nascentes são as principais fontes.

## Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por tipo de fonte de iluminação presente nos domicílios



Fonte: CadÚnico (2021)

Ainda há domicílios que utilizam óleo, querosene ou gás (1,4%) e vela (1%) como fontes de energia, apesar da maioria (82%) utilizar energia elétrica com medidor próprio.

Referência: dezembro de 2021

Percentual de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, conforme autodeclaração de cor ou raça

**Parda**



**63,10%**

**Preta**



**30,65%**

**Indígena**



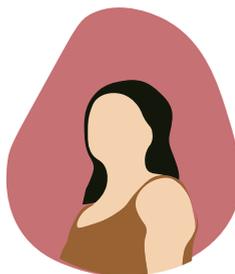
**0,07%**

**Amarela**



**0,39%**

**Branca**

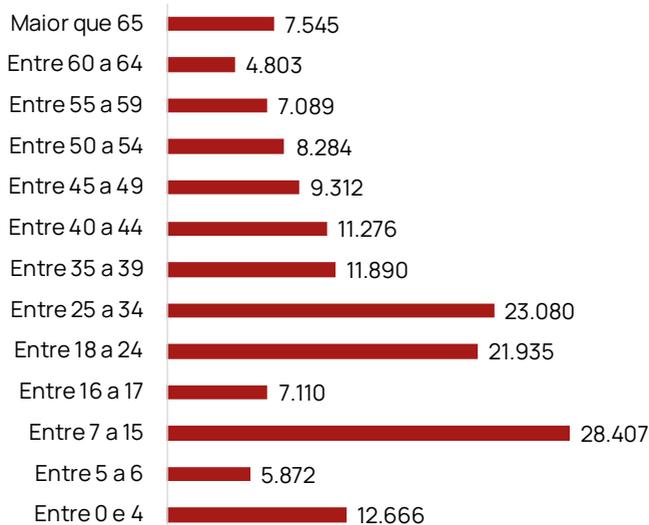


**5,78%**

Fonte: CadÚnico (2021)

Referência: dezembro de 2021

## Número de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, segundo a faixa etária



Fonte: CadÚnico (2021)

A maior parte das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, são crianças (7 a 15 anos) e jovens/adultos (18 a 34 anos).



# 53%

das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, são do sexo feminino.

Referência: dezembro de 2021

Aproximadamente 3,4% das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, apresentam alguma deficiência. Entre as deficiências mencionadas, a física e a mental/intelectual são as mais citadas.

### Número de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, por tipo de deficiência



Fonte: CadÚnico (2021)

Referência: dezembro de 2021

# 71%

das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, sabem ler e escrever. Contudo, há ainda um percentual expressivo (29,5%) de analfabetos.



## Percentual de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, segundo a escolaridade



Fonte: CadÚnico (2021)

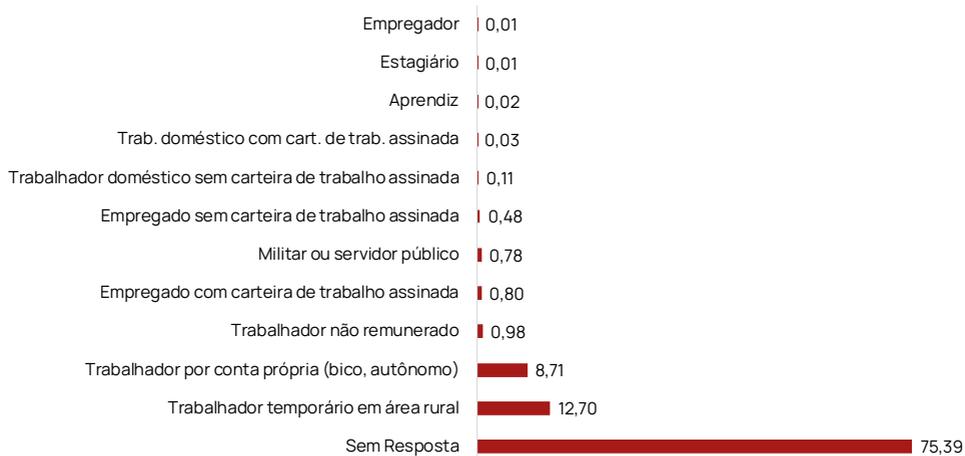
Referência: dezembro de 2021

# 25%

das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, realizaram trabalho remunerado. Entre as principais funções exercidas por essas pessoas Quilombolas, o trabalho temporário rural foi o mais citado.



## Percentual de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, segundo funções principais do trabalho realizado

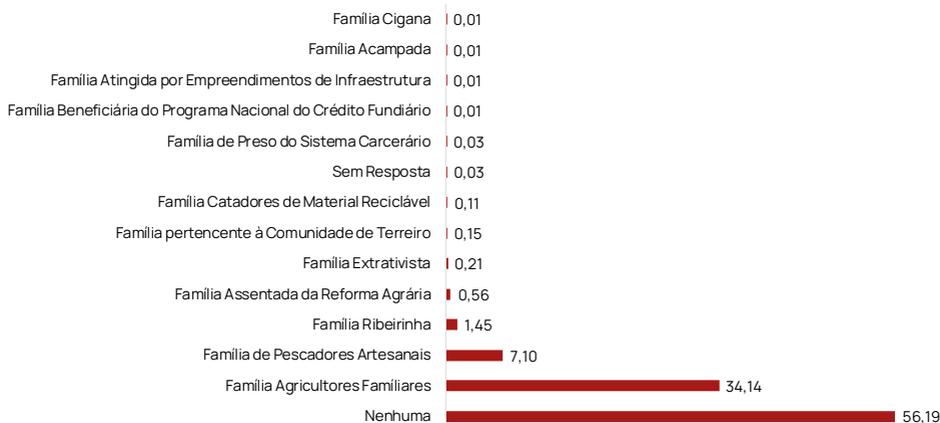


Fonte: CadÚnico (2021)

Referência: dezembro de 2021

Entre os grupos populacionais tradicionais e específicos, cerca de 34% das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, classificam-se também como agricultores familiares. A maioria dos Quilombolas (56,2%) não se considera em nenhum grupo tradicional populacional específico.

### Percentual de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, segundo a classificação dos grupos populacionais tradicionais e específicos



Fonte: CadÚnico (2021)

Por outro lado, 17,8% das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado da Bahia, alegam realizar atividade extrativista, embora esta não seja a única atividade exercida por elas.

Referência: dezembro de 2021

# 7. Apoio do FIDA às comunidades Quilombolas do estado da Bahia

## 7.1 Projeto Pró-Semiárido no estado da Bahia

Na Bahia, o FIDA, em parceria com o Governo do Estado, desenvolveu o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida da Bahia – Pró-Semiárido (PSA), com o intuito de erradicar a pobreza rural mediante o aumento da produção e a criação de empregos e oportunidades de geração de renda, bem como de fortalecer a capacidade de indivíduos e organizações, conectando-os aos mercados e à sustentabilidade ambiental. Para isso, definiu-se as seguintes ações:

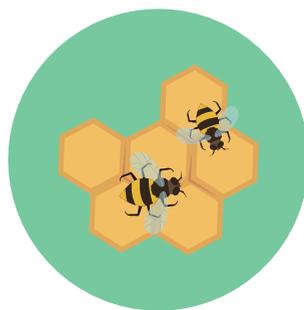
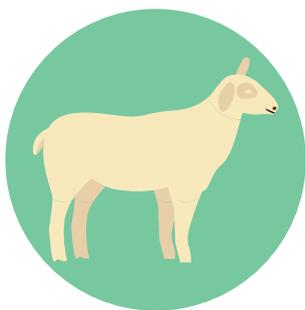
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contínua e especializada;
- Fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável;
- Agroindustrialização e comercialização da produção; e
- Acesso às políticas públicas para o meio rural e para a Agricultura Familiar.



Em janeiro de 2020, por meio de uma avaliação, entre 231 projetos do FIDA (agência de desenvolvimento rural da Organização das Nações Unidas - ONU), em 98 países, o PSA foi considerado o melhor projeto de apoio a populações rurais carentes de todo o mundo financiado pelo Fundo!

O PSA atua, desde 2014, em 32 municípios do Semiárido baiano, localizados em cinco territórios de identidade da região centro-norte do estado, cofinanciado pelo FIDA. O referido projeto tem como alvo os municípios baianos com os mais altos índices de pobreza do Semiárido, especialmente as comunidades rurais.

Na Bahia, até 2021, cerca de **67 mil famílias do Semiárido, de 782 comunidades**, estavam sendo assistidas pelo Pró-Semiárido. Nesse projeto, já foram investidos US\$105 milhões em ações de apoio aos principais sistemas produtivos, como a fruticultura de espécies nativas, a apicultura e a caprinovinocultura.



## Área de atuação do PSA no estado da Bahia



Atuação do Programa Pró-Semiárido no Estado da Bahia

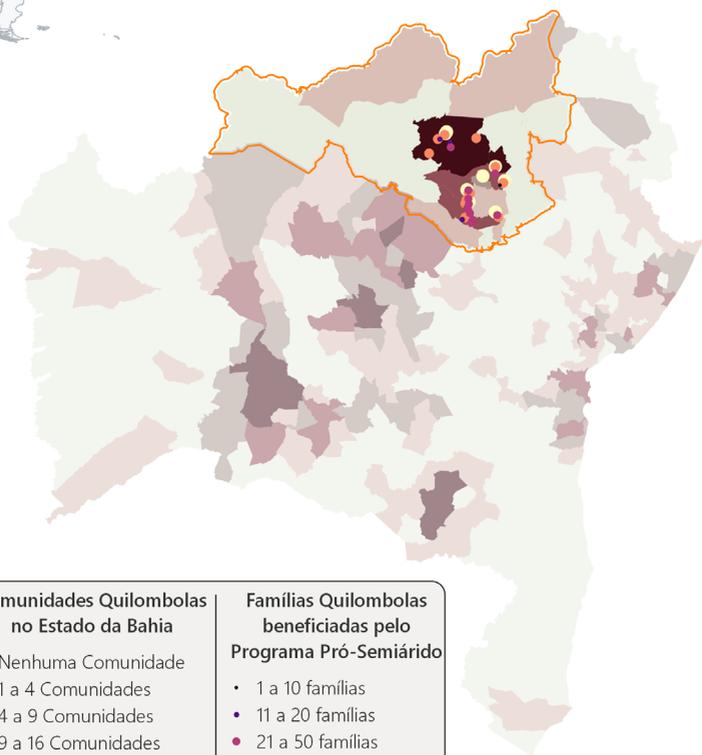
 Programa Pró-Semiárido

## Comunidades Quilombolas beneficiadas pelo PSA

O PSA beneficiou, especificamente, 52 comunidades Quilombolas na Bahia, englobando um total de 1.574 famílias. O intuito da atuação do PSA é promover o autorreconhecimento, o reconhecimento e a certificação das comunidades Quilombolas, além fortalecê-las.



# Número de comunidades e de famílias Quilombolas beneficiadas pelo PSA no estado da Bahia



## Comunidades Quilombolas no Estado da Bahia

- Nenhuma Comunidade
- 1 a 4 Comunidades
- 4 a 9 Comunidades
- 9 a 16 Comunidades
- 16 a 28 Comunidades

## Atuação do Programa Pró-Semiárido na Bahia

- Programa Pró-Semiárido

## Famílias Quilombolas beneficiadas pelo Programa Pró-Semiárido

- 1 a 10 famílias
- 11 a 20 famílias
- 21 a 50 famílias
- 51 a 100 famílias
- acima de 100 famílias

# Número de famílias Quilombolas beneficiadas e atividades fomentadas pelo PSA por Microrregiões da Bahia



## CAMPO FORMOSO

11 Comunidades com  
372 hectares

Criação: bovino, caprino e ovino  
Lavoura: feijão, milho, sisal e frutas nativas

## JAGUARARI

1 Comunidade com  
200 hectares

Composta por 50 famílias  
Criação: caprino  
Lavoura: frutas nativas

## SENHOR DO BONFIM

8 Comunidades com  
865 hectares

Criação: bovino e suíno  
Lavoura: frutas nativas

## FILADÉLFIA

4 Comunidades com  
580 hectares

Criação: bovino  
Lavoura: feijão, milho e frutas nativas

## PINDOBAÇU

1 Comunidades com  
109 hectares

Composta por mais de 100 famílias  
Criação: bovino  
Lavoura: frutas nativas

## MIRANGABA

8 Comunidades com  
865 hectares

Criação: bovino e suíno  
Lavoura: frutas nativas

## CAPIM GROSSO

3 Comunidades com  
45 hectares

Criação: bovino  
Lavoura: feijão, milho e frutas nativas

13 Comunidades<sup>1</sup> com  
355 hectares  
**JACOBINA**  
<sup>1</sup> 7 Comunidades beneficiárias  
do Programa Pró-Semiárido  
Criação: bovino  
Lavoura: feijão, milho, mandioca e frutas nativas

1 Comunidade com  
71 hectares  
**CAÉM**

Criação: bovino  
Lavoura: feijão, milho, mandioca e frutas

## 7.1 Exemplo de uma das iniciativas do PSA em comunidades Quilombolas

### Quilombo Bananeira dos Pretos

O Quilombo Bananeira dos Pretos está localizado no município Antônio Gonçalves, na Bahia, e é formado por 37 famílias, que são atendidas pelo projeto Pró-Semiárido desde 2017.

A rapadura artesanal é uma das principais produções da referida comunidade Quilombola, sendo comercializada na feira do Senhor do Bonfim. No caso, as famílias têm a sua própria área de cana-de-açúcar, com média de um a dois hectares, e toda a colheita da cana é destinada à produção de rapadura.

#### Antes do PSA:

- Dificuldades no manejo produtivo: a colheita da cana-de-açúcar era realizada antes do tempo certo, quando ainda estava verde, e a trituravam junto com as maduras;
- Modo arcaico de produção da rapadura: a força dos bois era utilizada para moer a cana. Além disso, o caldo da cana era cozido, passando de um tacho de cobre para outro até se tornar um melão e chegar no ponto de retirada da rapadura .





Fotos do processo de produção de rapadura na comunidade Quilombola de Bananeira dos Pretos, no município de Antônio Gonçalves

### **Com o PSA:**

- Orientação técnica: as famílias tiveram consultorias de técnicos especializados, que os auxiliaram nas técnicas corretas de plantio, manejo e colheita da cana-de-açúcar;
- Valorização das mulheres: as mulheres da comunidade foram instruídas e tornaram-se as contadoras das famílias, anotando tudo o que entra e o que sai<sup>9</sup>, como quais alimentos foram consumidos e quais foram vendidos ou trocados;
- Instalação de uma unidade de beneficiamento: investiu-se na construção de uma agroindústria de cana-de-açúcar, permitindo a fabricação de produtos de acordo com os padrões sanitários e de comercialização.

Além disso, a comunidade está recebendo capacitação técnica, oficinas de boas práticas de manejo para extrativismo do licuri, consultoria, estudos de viabilidade agrícola e encontro misto étnico-racial.

---

**9** Por meio da Caderneta Agroecológica, foi possível levantar dados qualitativos e quantitativos sobre a renda do trabalho da mulher.

## 7.3 Depoimentos de beneficiárias dos programas do PSA na Bahia

Depoimento da Raimunda da Silva Rocha, liderança da comunidade Quilombola de Fumaça, no município de Pindobaçu, Bahia:



“Ser apicultura para mim é uma das melhores profissões, além da agricultura, que nasci e me criei dentro dela. A apicultura para mim foi uma inovação, porque eu já tinha conhecimento, mas não tinha prática. Quando eu via as pessoas passando com uma abelha, eu morria de medo. Mas hoje eu me sinto privilegiada por fazer parte do grupo de apicultura, que me apoia em tudo. Aqui a gente é muito unido! Aqui uns ajudam aos outros na hora da colheita [do mel] e na hora das dificuldades também. Hoje, sendo agricultora, eu me sinto privilegiada. Esse trabalho em grupo me fortalece como apicultora e como pessoa porque é aqui que a gente se reúne, não só para colheita do mel, mas também em reuniões da associação na casa do mel. A gente se reúne para discutir mutirões, para limpar o espaço, então é um grupo que só dá as mãos para trabalhar em equipe.”



Além da Assistência Técnica Contínua (ATC), o Pró-Semiárido tem investido no fortalecimento da apicultura. Foram investidos cerca de R\$ 67 mil na compra de EPIs, de caixas e de outros equipamentos necessários para a criação de abelhas. Além disso, o projeto também contribuiu para que o grupo adequasse a casa de mel e, assim, conseguisse aumentar a capacidade de produção e de comercialização do produto.

### **Depoimento de Jandeilson Jesus dos Santos da Comunidade Quilombola Várzea Queimada, do município de Caém, Bahia:**



“A comunidade aqui ela foi fundada no ano de 1885, com a chegada de Domingos e Inês. Eles vieram fugidos de uma fazenda lá em Tanquinho de Feira. Inicialmente, eles vieram aqui pro povoado de Piabas, antes de 1885, e depois chegaram até aqui. E aqui se instalaram e aí construíram suas famílias, foi tendo os filhos e aí foi chegando mais pessoas fugidas de outras senzalas, a exemplo aqui de Caldeirão que vieram mais duas famílias e aí foi assim que se construiu a comunidade no que tá hoje. A comunidade ela é formada dessas três famílias que chegaram aqui em 1885.

Viver aqui é sensacional, porque aqui a gente tem a possibilidade de ter de tudo, a própria terra ela nos dá de tudo, basta a gente saber as formas corretas de cultivar e aproveitar ela da melhor forma possível e sem danificar ela. Muitas vezes, eu digo assim, que o pessoal que sai daqui pra ir tentar a vida na cidade passa mais dificuldade do que a gente que tá aqui dentro

da própria comunidade, porque a gente colhe um feijão, colhe um milho, colhe um andu e consegue sobreviver. E na cidade se você não tiver o dinheiro você vai passar por grandes dificuldades.

Aqui é um povo que realmente se identifica com a questão Quilombola, vive a cultura que já vem de gerações e faz de tudo pra que essa identidade não morra. A gente até briga pra que algo de fora não venha prejudicar essa nossa identidade, esse nosso empoderamento enquanto povo negro que a gente tem aqui dentro da comunidade

Depois do projeto, teve fortalecimento dessa identidade. Até mesmo porque teve formações que era específica pra gente aqui do Quilombo. Até hoje ainda tem, na semana passada a gente tava numa formação que veio pra fortalecer, que ajuda a gente que somos liderança aqui da comunidade a colocar na mente do pessoal e a identidade Quilombola é importante e é necessária para que a gente consiga viver e ir de encontro a esse sistema que tenta nos massacrar.”

Legenda: Jandeilson Jesus dos Santos, da Comunidade Quilombola Várzea Queimada – Caém (BA). Crédito: Fábio Arruda/Arquivo Pró-Semiárido

## 7.4 Acesso às políticas públicas

Entre as ações do PSA junto às comunidades Quilombolas beneficiadas da Bahia está o suporte no momento da regularização ambiental e da obtenção da emissão do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais para Povos e Comunidades Tradicionais (CEFIR-PCT). O CEFIR tem como propósito proteger o território e as áreas coletivas das comunidades Quilombolas e ajudar no planejamento ambiental e de uso do território. Além disso, esse cadastro é pré-requisito obrigatório para acessar outras políticas públicas de crédito rural. Logo, por meio do trabalho com o PSA, as comunidades Quilombolas foram incentivadas e tiveram acesso à documentação necessária para a participação em políticas públicas.

Além da contribuição com a obtenção de documentos, o PSA orientou os Quilombolas com importantes informações, proporcionando a eles condições de autonomia e de empoderamento para entenderem os seus direitos e a importância de participarem das políticas públicas. Nesse sentido, as comunidades Quilombolas passaram a ser protagonistas das suas próprias histórias, ou seja, saíram da condição de objeto para serem sujeitos da ação.

Visando assegurar a certificação do ponto de vista legal dos territórios das comunidades Quilombolas e tradicionais de fundo e fecho de pasto e o acesso a políticas públicas, o Pró-Semiárido oferta o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais para Povos e Comunidades Tradicionais (CEFIR-PCT).

Até março de 2023, a regularização ambiental (CEFIR-PCT) beneficiará 3.062 famílias de comunidades Quilombolas.



Legenda: Comunidade Quilombola São João, no município de Antônio Gonçalves (BA) / Crédito: Fábio Arruda/Arquivo Pró-Semiárido

## 7.5 Assistência Técnica Contínua

O diferencial do PSA junto às comunidades Quilombolas beneficiadas está no enfoque participativo, possibilitando que a elaboração dos projetos seja realizada pelos próprios beneficiários e suas organizações. Desse modo, promove-se a autonomia das comunidades beneficiárias e a valorização do conhecimento local, gerando a aceitação, a continuidade e a efetividade das ações.

Além disso, o PSA disponibiliza a Assistência Técnica Contínua (ATC), em que o técnico atende as demandas das comunidades semanalmente e está sempre presente em rodas de aprendizagem, rodas de conversa e dias de campo. A ATC é uma ação de caráter educativo e vai muito além da “assistencialização” técnica.

Especificamente em relação às rodas de conversa e de aprendizagem, os beneficiários deixam de ser apenas receptores de conhecimentos produzidos fora do seu ambiente e passam a fazer parte do processo de geração de conhecimento necessário à evolução das atividades de transição agroecológicas e de convivência com o Semiárido. Assim, a participação dos técnicos da ATC nessas rodas permite que eles conheçam e compreendam o contexto cultural, a realidade e o modo de pensar e de viver dos beneficiários, para poderem assim diagnosticar a realidade e agir sobre ela para transformá-la, no sentido de que percorram um caminho rumo aos princípios da transição agroecológica e de convivência com o Semiárido.

## 8. Considerações Finais

Nesta cartilha, procurou-se contribuir para o debate sobre as comunidades Quilombolas, a partir da caracterização do perfil das pessoas pertencentes a essas comunidades (escolaridade, nível de rendimento, profissão, entre outras) e de sua importância para a preservação ambiental. Além disso, destaca-se a atuação do FIDA, junto a essa comunidade tradicional no estado da Bahia, por meio do Projeto Pró-Semiárido. As comunidades Quilombolas representam identidades culturais próprias, simbolizam a resistência e preservam os costumes antepassados.

Consideradas “preservadoras ambientais”, por meio de práticas sustentáveis e hábitos conservacionistas, as comunidades Quilombolas são de grande importância para o meio ambiente. Assim, é necessário reconhecê-las não somente como “povos”, mas também como um símbolo cultural e nacional. Além disso, atribuir a essas comunidades o direito às terras significa preservar a cultura brasileira.

As comunidades cadastradas no CadÚnico necessitam de apoio social, visto que a maioria está classificada em situação de extrema pobreza. Ademais, investimentos em educação e em saneamento básico devem ser priorizados nos territórios Quilombolas, minimizando as consequências históricas e preservando a identidade cultural.

Os projetos atuantes do FIDA e do Governo Federal representam o início do desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades, sendo de grande importância para os Quilombolas. As ações do FIDA (como Assistência Técnica e Extensão Rural contínua e especializada;

fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável; agroindustrialização e comercialização da produção; e acesso às políticas públicas para o meio rural e a Agricultura Familiar), por meio do PSA, com as comunidades Quilombolas beneficiadas na Bahia apresentadas, reforçam o comprometimento do Fundo com a promoção do desenvolvimento rural sustentável e inclusivo e com a agenda de redução da pobreza no país.

Por fim, com este material, espera-se ter contribuído para a ampliação do entendimento sobre as comunidades Quilombolas, proporcionando um diálogo com políticas públicas e com outras iniciativas, nacionais e internacionais, que visam reconhecê-las e valorizá-las.



## Referências

ANÁLISE DINAMIZADA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – ANALISACAR. Carta Informativa 2021. Disponível em: <https://www.florestal.gov.br/documentos/car/analisacar/4820-carta-informativa-analisa-car/file>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Comunidades Quilombolas. 31 jul. 2015a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-quilombolas>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Povos e Comunidades Tradicionais. 2015b. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais#:~:text=%20De%20acordo%20com%20essa%20Pol%C3%ADtica%2C%20Povos%20e,reprodu%C3%A7%C3%A3o%20cultural%2C%20social%2C%20religiosa%2C%20ancestral%20e%20econ%C3%B4mica%2C%20>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO – CadÚnico. Disponível em <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 02 fev. 2022.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR). [Regularização Ambiental Comunidades Quilombolas. 2021. Disponível em: http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2021-10/Regularizac%CC%A7a%CC%83o%20Ambiental%20Comunidades%20Quilombolas\\_ProSemiarido.pdf](#). Acesso em: 05 abr. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ . Cadastro Ambiental Rural em Territórios Quilombolas Sem Perda de Direitos. 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/cadastro-ambiental-rural-em-territorios-quilombolas-sem-perda-de-direitos/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. Boletim Informativo: A importância dos quilombos para a preservação do meio ambiente. vol. 4, 2022. Disponível em: <http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2022/01/BI-4-%E2%80%93-A-IMPORTANCIA-DOS-QUILOMBOS-PARA-A-PRESERVACAO-DO-MEIO-AMBIENTE.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?edicao=27481&t=o-que-e>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Diante da omissão do Estado, quilombolas avançam na implementação do Cadastro Ambiental Rural. 2021. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/diante-da-omissao-do-estado-quilombolas-avancam-na-implementacao-do-cadastro-ambiental-rural>. Acesso em: 02 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Passo a Passo da Titulação de Território Quilombola. 2020. Disponível em: [https://antigo.incra.gov.br/pt/passo\\_a\\_passo\\_quilombolas](https://antigo.incra.gov.br/pt/passo_a_passo_quilombolas). Acesso em: 05 abr. 2022.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MOREIRA, P. A. M. S.; DINIZ, E. L.; GERMANI, G. I.; MACHADO, S. M. M. Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João: a Habitação no Contexto do Conflito por Terra. In: COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA, 3, Anais. Brasília, 2015.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=52126](https://www.palmares.gov.br/?page_id=52126). Acesso em: 26 abr. 2022.

PNUD– BRASIL. Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. 2022. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SANTOS, J. B. A Territorialidades dos quilombolas de Irará (BA): olaria, tapera e crioulo (Dissertação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2008.

SANTOS, J. J.; FERREIRA, M. L. A. Os quilombos: considerações acerca da identidade étnica e territorialidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 7, Anais. Montes Claros/MG, 2019.

SILVA, Simone Rezende da. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. 2012.







